

Com nova carga

Publicado por [Redação](#) | 16 de fevereiro de 2016

FORMAÇÃO DOCENTE | Edição 206

A partir de julho de 2017, licenciaturas deverão obrigatoriamente ser oferecidas em quatro anos e com 3.200 horas. IES já estão se movimentando para modificar currículos

Rubem Barros



A Base Nacional Comum Curricular tem sido o tema mais comentado do setor educacional nos últimos meses, em especial pelas disputas sobre quais conteúdos e visões de mundo devem permeá-la, dando vazão a acirrados embates ideológicos. Mas seus efeitos não serão os únicos a se fazer sentir na preparação dos professores para a educação básica. **As instituições que têm cursos de formação inicial para professores (licenciaturas, formação pedagógica para graduados e segundas licenciaturas) também terão de fazer adaptações curriculares, definidas pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho do ano passado.**

Pela resolução, as três modalidades passarão a ter no mínimo 3.200 horas, contra as 2.800 atuais, num mínimo de quatro anos, a partir da metade do ano que vem. Um dos aspectos que legisladores e instituições de ensino enfatizam no processo de mudanças é a adoção de desenhos curriculares mais próximos à ideia de ensino interdisciplinar. O CNE, inclusive, deverá receber para análise neste mês de fevereiro a proposta dos Referenciais Nacionais das Licenciaturas Interdisciplinares, texto resultante do trabalho de um grupo criado com essa finalidade em 2013 (leia texto na página 38).

O efeito prático da medida do aumento da carga horária é que muitos cursos estão tendo de repensar os currículos de suas licenciaturas não só para “encher a grade”, mas para analisar a pertinência do que hoje é oferecido aos candidatos a professor. No caso das licenciaturas, muitas instituições já vinham procedendo a mudanças de concepção derivadas da baixa procura e do envelhecimento dos antigos desenhos, que na maioria dos casos estavam – ou ainda estão – mais ligadas às disciplinas do que à formação docente.

“Não podemos mais pensar as licenciaturas apenas como um apêndice do bacharelado. Temos de fazer um esforço grande para formar professores do começo ao fim do curso, sobretudo nas licenciaturas que habilitam profissionais para o ensino fundamental e para o ensino médio”, diz César Callegari, membro da Câmara de Educação Básica do CNE e ex-secretário de Educação do Município de São Paulo.

Callegari acrescenta que os cursos de formação devem mirar, além do desenvolvimento da capacidade de análise crítica e formação contínua, que os novos professores sejam preparados para os desafios concretos da sala de aula, levando-se em conta a diversidade cultural, socioeconômica e estrutural. “Na pedagogia, por exemplo, há pouca formação para alfabetizar”, diz.

Também ex-secretário de Educação de São Paulo, Fernando Almeida, professor da Faculdade de Educação da PUC-SP, defende que três aspectos principais estejam presentes na elaboração dos currículos das licenciaturas e da formação docente em geral. Em primeiro lugar, uma parte teórica “vista como ciência da educação, e não como ideologia da educação”, diz, referindo-se à necessidade de os alunos conhecerem todas as correntes expressivas do pensamento, sem que seus mestres excluam aquelas que não lhes agradam. Como exemplo, cita o fato de que muitos formadores, em especial os construtivistas, torcem o nariz para as teorias behavioristas, por associá-las ao que ficou – erroneamente – batizado de “decoreba”, a valorização da memorização.

“A memória não é um repositório mecânico de informações, é a base da identidade. A memória liberta a criatividade. A estrutura de um novo curso deve ampliar a ideia do que é o conhecimento. O aluno tem de conhecer a instrução programada do Skinner. O futuro professor tem de saber como o aluno conhece”, resume Almeida.

O segundo ponto é que o aluno deve, ao longo do curso, construir uma “espécie de metac conhecimento”, ter um registro de seu processo que o leve à reflexão permanente, que sempre o faça exercitar a escrita. E o terceiro é que o estudante, ao longo dos seus anos de formação, formule propostas de intervenção para a sociedade, “uma produção integrativa com a realidade do país”, algo de caráter prático que dialogue com o conhecimento adquirido. Almeida sugere ainda que os cursos não visem apenas a formação de pedagogos escolares, mas que contemplem também a formação para que se possa atuar em áreas como saúde, atenção à terceira idade, educação corporativa, enfim, novas demandas por conhecimento hoje muito presentes.

Mudanças em curso

Algumas dessas propostas e movimentos já estão em curso em instituições, ou começam a tomar forma. No Instituto Singularidades, de São Paulo, um dos maiores investimentos é na formação de professores investigadores de suas próprias práticas, que coletam dados, os analisem, sempre em contato com a teoria. Para isso, uma das mudanças que as licenciaturas de matemática, letras e língua portuguesa deverão ter será a adoção de uma prática já em voga no curso de pedagogia, os estágios desde o primeiro ano do curso.

Outro aspecto já implantado está relacionado ao primeiro ponto sugerido por Almeida (que, por sinal, será consultor do Singularidades para as mudanças curriculares). O curso busca oferecer aos alunos diferentes abordagens sobre questões do conhecimento, para enriquecer sua perspectiva de atuação. Para isso, os docentes buscam fazer um diagnóstico dos conhecimentos prévios dos estudantes.

No que tange aos pontos que a instituição planeja introduzir no currículo, ainda em discussão, Cristina Nogueira Barelli, coordenadora do curso de pedagogia, destaca três ideias: pedagogia da sustentabilidade, habilidades socioemocionais e o aprendizado de uma segunda língua.

“Queremos que os alunos pensem nas questões socioambientais que enfrentamos. Não como disciplina, provavelmente de forma transversal. Quanto às habilidades socioemocionais, devemos mostrar o que são e como devem estar presentes na formação”, diz Cristina.

No caso da segunda língua, a escola atenderia a uma demanda crescente hoje no mercado: a de ensino bilíngue. Como a instituição já oferece uma pós lato sensu em didática do ensino bilíngue, seria uma forma de potencializar a experiência adquirida na instituição.

Para Cristina, são todas questões hoje presentes na sociedade, mas não necessariamente na formação do professor. “Por isso, para introduzi-las, o aumento da carga horária e o ano extra são importantes”, diz.

Núcleos comuns

Como já fazia alguns anos que as licenciaturas vinham padecendo de baixa procura, o que ocasionou redução da oferta, algumas instituições se agilizaram e promoveram processos de remodelação em que, como característica comum, houve a aglutinação da oferta de cursos e disciplinas. No geral, aquelas que servem a todas as licenciaturas, como as de fundamentos da educação, legislação ou didática, juntando alunos e criando uma integração antes quase inexistente.

É o caso do Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos (Unifeob), de São João da Boa Vista, a 250 km de São Paulo, e da Universidade Metodista, de São Bernardo do Campo, Grande São Paulo. Na Unifeob, Patrícia Furlanetto, então coordenadora das licenciaturas de história, geografia e ciências sociais, foi chamada em 2009 para pensar um projeto que não deixasse esses cursos morrerem.

Hoje diretora acadêmica da instituição, Patrícia conta que foi uma oportunidade para a criação de uma verdadeira escola de formação de professores. “Percebemos que tínhamos cursos das disciplinas, não propriamente licenciaturas”, relembra. **“Listamos quais conhecimentos e competências eram requisitos para qualquer professor, começamos a formar núcleos pedagógicos, oferecer aulas conjuntas e a trabalhar projetos interdisciplinares.”**

Hoje, o curso tem bons índices de empregabilidade na região e forma professores também capazes de assumir funções de gestão. No ano passado, a instituição começou a discutir o que acrescentar ou mudar no currículo. Levaram os coordenadores para um encontro acadêmico e, a partir do perfil dos egressos e das demandas da resolução do CNE, começaram os trabalhos.

Como meta, estabeleceu ampliar questões relativas à gestão, contextualização do sistema educacional e suas transformações e focar o empreendedorismo. Nesse

último caso, houve questionamento sobre ser uma disciplina, ou um tema gerador. “Achamos que a disciplina de empreendedorismo, por si só, não torna ninguém empreendedor. Isolada, fica distante da realidade do aluno”, diz Patrícia. “Vemos o que colocar como marca do curso e desenhamos. Os cursos planejam o semestre de forma integrada, bem interdisciplinar”, conclui.

Já a **Universidade Metodista** implantou um programa de proteção às quatro licenciaturas ofertadas pela instituição (pedagogia, ciências biológicas, matemática e filosofia), em que os alunos já ingressam como bolsistas. Desde 2012, o curso de pedagogia passou por reformulação. **“O atual currículo já é interdisciplinar de alguma maneira. Trabalhamos com módulos, não com disciplinas”**, diz Sílvia Perrone, coordenadora do curso de pedagogia. Essa experiência deverá ajudar também na reformulação dos currículos das licenciaturas.

Segundo a coordenadora, as mudanças deverão ser estudadas ao longo deste semestre. **Uma proposta em análise é introduzir um módulo sobre o pensamento científico latino-americano.** “O que nos preocupa é construir um currículo que de fato forme o pensamento científico do professor”, diz.

Novo perfil?

Essa preocupação decorre também do fato de que o capital cultural dos alunos é baixo. Isso estimula a criar atividades que instiguem a reflexão e a ação coordenadas, como oficinas de línguas, matemática, literatura. **“Os alunos precisam aprender a ler e a escrever, a exercitar muito isso para ter uma formação consistente”**, diz Sílvia, em consonância com o diagnóstico apresentado por Fernando Almeida. A instituição também busca trabalhar com projetos, que fomentam pesquisa e escrita.

Mas a percepção de que os alunos das licenciaturas têm, no geral, formação prévia pouco adequada não é unânime. Cristina Barelli, do Singularidades, diz que notou ligeira modificação. Antes, os alunos que procuravam o curso tinham histórico de fracasso escolar, por mais paradoxal que possa parecer. Nos dois últimos anos, 50% dos alunos de pedagogia já têm outra graduação. Nas licenciaturas, o fenômeno também ocorre, ainda que em menor escala.

Para César Callegari, do CNE, esse quadro tende a mudar. **“O magistério, pouco a pouco, está se estruturando, garante carreira, segurança no emprego. Em**

idades como São Paulo, há muitos professores que ganham R\$ 4 mil, R\$ 5 mil. Creio que, cada vez mais, bons professores serão mais procurados”, conclui. Se isso efetivamente acontecer de forma sistêmica, será um sinal claro de que finalmente a educação estará sendo valorizada para além do discurso.

Licenciaturas interdisciplinares

Chega neste mês ao Conselho Nacional de Educação o texto proposto para os Referenciais Nacionais das Licenciaturas Interdisciplinares, elaborado por grupo de trabalho especialmente designado para a missão em 2013. Inicialmente, o mesmo grupo seria responsável pela elaboração dos referenciais para bacharelados e licenciaturas. “Mas era muito amplo, complexo e distinto dos referenciais dos bacharelados, então um outro grupo teve de ser formado”, explica o professor João Valdir Alves de Souza, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), membro do colegiado, composto por representantes de universidades com experiência na questão, a maioria federais.

“Nossa expectativa é de que mais instituições comecem a oferecer cursos interdisciplinares. Para isso, o MEC precisa dos referenciais, para poder reconhecer os cursos, inclusive os já existentes”, sublinha Alves de Souza.

Segundo o professor da UFMG, o objetivo do documento é garantir uma formação docente mais ampla, que possibilite um conhecimento maior dos fundamentos do conhecimento, permitindo que o ensino se faça a partir de grandes temas, como energia ou a transformação da matéria, e não mais por meio das disciplinas tradicionais.

“É preciso repensar o modo como o ensino está organizado. Pode haver uma verticalização. Buscamos percursos que osem ir além da formação tradicional, que permitam o trabalho em conjunto com outras áreas, que levem a uma alfabetização científica”, completa o professor.

Como ficam os cursos*

- Terão, no mínimo, 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 semestres ou 4 anos;• Desse total, terão 400 horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- Outras 400 horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
- Pelo menos 2.200 horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 da Resolução, conforme o projeto de curso da instituição
- Outras 200 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria.

** Licenciaturas, formação pedagógica para graduados e segundas licenciaturas*